

OUTRAS ECONOMIAS NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA FACE/UFMG¹

Bruno Fernandes, doutorando em Geografia, IGC/UFMG

Diogo Pozzato, mestrando em Economia, FACE/UFMG

João Tonucci, professor do Cedeplar/FACE/UFMG

Lara Delgado, graduanda em Relações Econômicas Internacionais, FACE/UFMG

Layla Seabra, graduanda em Relações Econômicas Internacionais, FACE/UFMG

Nina Fraiha, bacharel em Ciências Econômicas, FACE/UFMG

Sibelle Diniz, professora do Cedeplar/FACE/UFMG

Resumo

Há 10 anos, a Feira de Economia Popular e Solidária da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG constitui um espaço de trocas, conhecimento e diálogo sobre as outras economias no espaço universitário. Este artigo discute a experiência da Feira como projeto extensionista, sua metodologia, o perfil dos participantes e os resultados alcançados. São utilizados dados de questionários aplicados junto aos feirantes e relatos obtidos em rodas de conversa realizadas em 2023. Destaca-se a diversidade de perfis e de motivações dos participantes. Ressalta-se, ainda, a relevância da Feira como processo pedagógico contínuo através da criação de conexões, colaborações e afetos.

Palavras-chave: Economia popular e solidária; outras economias; extensão universitária; feira; comercialização.

Área temática: Políticas públicas: gênero, raça, inclusão.

¹ Este artigo é fruto do projeto de extensão “Feira de Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG”, vinculado ao programa de extensão Colmeia e apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, pela Fundação Ipead e pela Diretoria da FACE/UFMG.

OUTRAS ECONOMIAS NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA FACE/UFMG

Introdução

A Economia Popular e Solidária (EPS) é um conjunto de iniciativas sociais e econômicas que convergem para a proposição de uma “outra economia”, cuja racionalidade se pauta na solidariedade, na inclusão, na sustentabilidade e na emancipação social (Cattani *et al.*, 2019; Diniz, 2019). O Programa de Extensão Colmeia – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) tem como objetivo principal construir uma agenda de formações e espaços comuns dentro e fora da Universidade, a fim de compreender as práticas e os desafios da EPS na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Suas ações se estruturam a partir do diálogo e da aproximação entre os saberes acadêmico e popular, buscando a co-construção de conhecimentos e de métodos inovadores de compreensão das práticas econômicas populares e solidárias, bem como de ações de fortalecimento dessas práticas.

O projeto extensionista de longa duração do Colmeia é a Feira de Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG. Atualmente, a Feira ocorre mensalmente no espaço da Faculdade, reunindo produtores da RMBH de diferentes áreas de atuação. Este artigo busca refletir sobre a metodologia adotada no projeto e os resultados obtidos, além de discutir o perfil dos empreendimentos² e dos produtores participantes. São utilizados dados resultantes de questionários aplicados durante as feiras realizadas no primeiro semestre de 2023, bem como registros das rodas de conversa que ocorrem durante as edições.

A primeira seção do artigo trata das orientações metodológicas do grupo Colmeia e do projeto da Feira, em articulação às diretrizes da extensão universitária. A seção seguinte traz o perfil dos produtores e dos empreendimentos participantes da Feira, bem como suas percepções sobre o projeto, expressas nos questionários e nas rodas de conversa. A terceira seção traz reflexões sobre a gestão da Feira, ressaltando o processo pedagógico envolvido na interação contínua entre acadêmicos e feirantes/produtores. Em seguida, são apresentadas as considerações finais.

O grupo Colmeia e o projeto da Feira da FACE/UFMG

O grupo Colmeia surgiu em 2014 como uma iniciativa de estudantes do curso de Ciências Econômicas da FACE/UFMG que decidiram se aprofundar na discussão teórica sobre a EPS. Inicialmente atuando como um grupo de estudos, passou então a propor ações no âmbito da extensão e da pesquisa. Atualmente, estrutura-se como um programa de extensão universitária, apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, e suas ações se organizam como projetos de longa e de curta duração. Mais de trinta estudantes de graduação e pós-graduação de diversos cursos já passaram pelo grupo, além de três professores e outros docentes e técnicos colaboradores.

Foco central do projeto, a economia popular se organiza no Brasil e na América Latina a partir de unidades domésticas (famílias, pequenos grupos de produtores, comunidades de vizinhos, grupos étnicos, entre outros), que atuam a partir de seu fundo de trabalho, tendo como objetivo a reprodução da vida (Coraggio, 2000, 2008; Diniz e Tonucci Filho, 2023). Nessas iniciativas, o princípio do mercado recorrentemente convive com outros modos de integração econômica: a

² Seguindo a terminologia adotada nos fóruns de Economia Popular e Solidária, este artigo usa os termos "empreendimento" e "grupo" como sinônimos. Do mesmo modo, no âmbito da Feira, utilizam-se como sinônimos os termos "feirante", "produtor" e "participante" da Feira/do projeto.

domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição (Polanyi, 2011). Os laços de parentesco e de convívio por vezes marcam interseções entre o espaço de vida e o espaço da produção (Coraggio, 2000, 2008).

A ideia de economia popular se relaciona à discussão mais ampla sobre as “outras economias”, regidas por princípios de solidariedade, sustentabilidade, inclusão e, fundamentalmente, emancipação social (Cattani *et al*, 2019). São diversas as categorias e conceitos considerados nessa discussão. Na América Latina, a economia popular é realçada nos trabalhos de Coraggio (2000, 2008), Razeto (1983, 1993) e Gago (2017, 2018) como *locus* da reprodução de boa parte da classe trabalhadora. Já a economia solidária é associada no Brasil a empreendimentos coletivos autogestionários, com fortes bases na economia popular (Singer, 1997, 2002; Gaiger, 2007).

Para além de sua relevância na geração de trabalho e renda, nas organizações individuais, familiares e associativas de base popular, verificamos a perpetuação e o repasse intergeracional de conhecimentos tradicionais, bem como a constante reelaboração de formas de conhecimento, de produção e de trabalho. Nesse sentido, pode-se reconhecer e compreender as outras racionalidades que atravessam essas organizações, bem como sua heterogeneidade e complexidade, como potencial para a construção de alternativas de desenvolvimento (Diniz, 2019).

Nesse sentido, o grupo Colmeia busca se aproximar dos grupos e das práticas econômicas populares e solidárias na RMBH, procurando construir estratégias de extensão e pesquisa em conjunto com esses atores, associando-se à rede de movimentos sociais e organizações de apoio e fomento ligadas ao tema. A formação de estudantes também se coloca como um objetivo central, tanto pela oferta de disciplinas teóricas e práticas, quanto pela possibilidade de vivências internas e externas ao *campus*.

As ações e projetos do Programa Colmeia se orientam pelas diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Nesse sentido, as atividades são estruturadas pela aproximação entre os saberes acadêmico e popular, buscando a construção de redes junto a atores da comunidade não universitária e a consequente formação de conhecimentos interdisciplinares e metodologias inovadoras relacionadas ao tema.

A metodologia adotada pelo grupo reconhece os extensionistas (estudantes, docentes, técnicos) como participantes do processo histórico-social em estudo, estando constantemente expostos ao aprendizado proporcionado pelo contato com o saber popular. Assume-se como estratégia central o olhar para as experiências, buscando ampliar sua visibilidade, contribuindo para um imaginário econômico mais abrangente e condizente com a diversidade das práticas econômicas em nossos territórios (Gibson-Graham, 2019a, 2019b; Fernandes e Diniz, 2022). Do mesmo modo, suas ações prezam pela interdisciplinaridade, buscando conformar um coletivo de estudantes e docentes de diversas áreas do conhecimento, a fim de aproximar e desenvolver conceitos, metodologias e práticas.

A Feira de EPS da FACE/UFMG é o projeto de longa duração do Colmeia. A gestão do projeto é realizada pelos integrantes do Colmeia, em conjunto com um grupo de empreendimentos denominado "grupo fixo". Esse grupo é composto por cinco empreendimentos representantes das redes organizadas no Fórum de EPS de Belo Horizonte: alimentação, agroecologia, artesanato, confecções e higiene e limpeza (cosmética natural). Para a definição do grupo fixo, foram convidados aqueles mais ativos dentro dos movimentos da Economia Popular e Solidária e Agroecologia, bem como aqueles que contribuíram para a construção da Feira desde o seu início. Além de participarem de todas as edições da Feira, os produtores desse grupo fixo atuam nos processos de elaboração de chamadas públicas para participação de outros empreendimentos (do denominado "grupo rotativo"), seleção de empreendimentos a partir das chamadas, definição do cronograma semestral de feiras, decisões sobre os temas das atividades formativas, ações de divulgação e organização da estrutura física da feira. O grupo fixo também se propôs a criar um fundo coletivo para financiar ações específicas do Projeto.

Para selecionar os empreendimentos do grupo rotativo, são utilizados critérios de participação (classificação/desclassificação) e critérios de priorização. Para participação/classificação, os empreendimentos devem: i) participar de fóruns, grupos e/ou redes de EPS ou Agroecologia (ou, para os que não participam, demonstrar interesse de participar de atividades formativas no tema); ii) possuir sede na RMBH, território-alvo do projeto; iii) no caso dos alimentos, estar alinhado à discussão da agroecologia e/ou da produção orgânica; iv) ser coletivo; v) produzir a maior parte dos produtos, ou seja, os empreendimentos não podem atuar como atravessadores ou revendedores de produtos naturais ou industrializados. São priorizados os empreendimentos: i) formados por maioria de pessoas negras e indígenas; ii) formados por maioria de mulheres; iii) formados por mais de 3 participantes. Todos esses critérios foram elaborados em parceria com o grupo fixo de produtores e tendo em vista os princípios da Economia Popular e Solidária.

Os estudantes integrantes do Colmeia são responsáveis pelo contato com os empreendimentos, divulgação dos eventos por meio das redes sociais, cartazes e panfletos, prestação de auxílio logístico aos participantes quanto à preparação do espaço, montagem das barracas/bancas e armazenamento dos produtos, registros das feiras em fotos e vídeos, aplicação de questionários aos produtores, organização e registro das rodas de conversa. As edições das feiras são acompanhadas de rodas de conversa envolvendo os produtores e a comunidade universitária, que ocorrem no mesmo espaço da Feira. Nos debates, os participantes compartilham suas vivências e saberes e tratam de temas como: histórico da economia solidária no Brasil, gargalos e potencialidades da EPS, agroecologia, moedas sociais, entre outros.

No âmbito do projeto da Feira, delinham-se três objetivos estratégicos que buscam promover a EPS tanto dentro do ambiente acadêmico quanto junto à comunidade do entorno do *campus*. O primeiro objetivo almeja a expansão dos espaços destinados à comercialização dessas iniciativas dentro da universidade, visando reduzir um dos principais gargalos relacionados a essa produção: a escassez de oportunidades de comercialização. Esta iniciativa não somente proporciona oportunidades adicionais para os empreendimentos participantes, como também promove espaços de troca de conhecimentos e saberes populares em prol da diversidade de produtos e práticas inerentes à EPS.

O segundo objetivo concentra-se em aproximar a comunidade acadêmica da UFMG das discussões pertinentes à EPS, Agroecologia e temas correlatos. A Feira, neste contexto, torna-se um espaço fundamental para a troca de conhecimentos e a promoção de diálogos que rondam os saberes populares advindos dos produtores e produtoras participantes. Esta proximidade intencional possibilita a implementação de ações de formação, ensino e pesquisa, engajando estudantes, professores e demais membros da comunidade em um processo de aprendizagem mútua.

O terceiro objetivo diz respeito ao estímulo de um processo de gestão da Feira com efetiva colaboração dos empreendimentos participantes, promovendo uma responsabilidade compartilhada com os estudantes e docentes integrantes do grupo. Nesse sentido, envolver os empreendimentos na tomada de decisão, desde a seleção de participantes até a definição de temas e atividades formativas, promove maior engajamento na gestão do espaço da Feira. Os integrantes do Grupo Colmeia buscam desempenhar um papel de facilitadores e colaboradores, fornecendo suporte estratégico e técnico, mas buscando ampliar a autonomia dos empreendimentos no direcionamento e na execução das feiras.

Sendo a condução do projeto da Feira uma responsabilidade compartilhada entre os membros do Colmeia e o grupo fixo de empreendimentos, antes do início de cada semestre, são realizadas reuniões estratégicas, onde são discutidos e planejados os detalhes das feiras, em termos de datas, logística e demais aspectos. No primeiro semestre de 2023, uma mudança significativa foi proposta pelos representantes do grupo fixo, expressando a necessidade de um novo formato para a Feira. A solicitação visava conferir uma nova identidade ao projeto, buscando uma maior aproximação visual a uma feira de rua, ao alocá-la na parte externa do prédio, com uma estrutura de barracas galvanizadas. A mudança permitiria, ainda, a ampliação e diversificação do público, tendo em vista a maior visibilidade da Feira. Essa demanda emergiu em decorrência das edições anteriores, as

quais ocorreram no interior do prédio da FACE/UFMG, apresentando uma simplicidade visual e logística (estrutura improvisada com mesas e cadeiras emprestadas da Faculdade) e uma localização mais limitada à comunidade universitária daquele edifício específico (Figura 1).

Figura 1 – Edição da Feira em março de 2023, no espaço interno da FACE/UFMG



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2023.

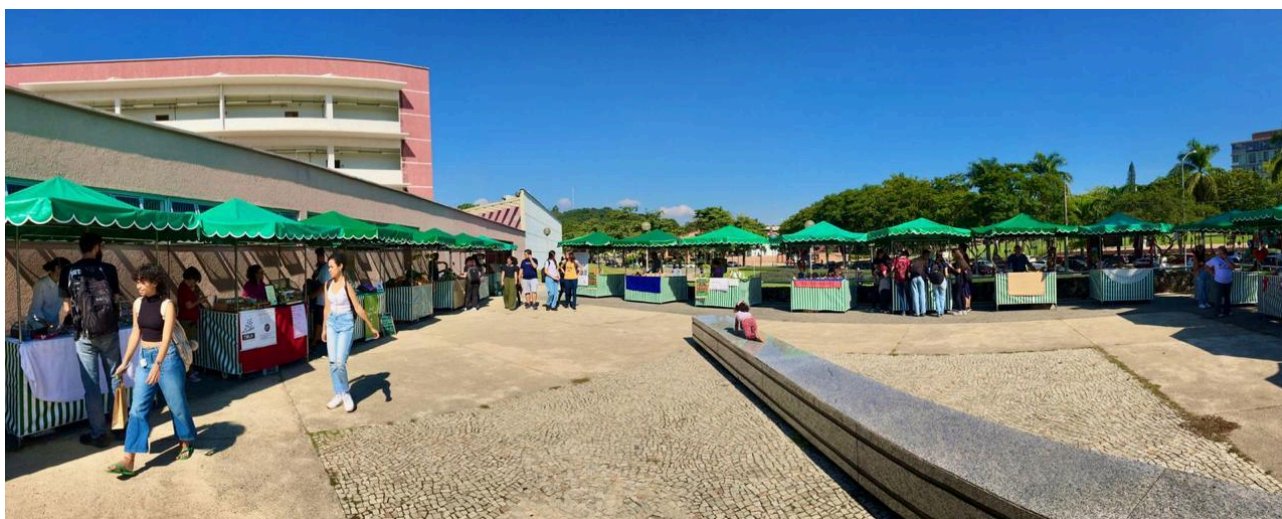
A primeira edição da Feira no espaço externo da Faculdade ocorreu no estacionamento da FACE e representou um marco significativo do projeto, celebrado pelos empreendimentos participantes. Os empreendimentos participantes arcaram com o custo de aluguel das barracas, tendo em vista a inexistência de recursos do projeto para tal. Essa primeira mudança de espaço possibilitou a ampliação do público da Feira em volume e diversidade, uma vez que a comunidade acadêmica de outros prédios, especialmente do prédio vizinho, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich/UFMG), esteve presente, em grande número.

A partir dessa experiência bem sucedida, o grupo Colmeia passou a buscar outras alternativas para a realização da Feira no espaço externo, que permitissem a ampliação de sua visibilidade. O marco que possibilitou esta oportunidade se deu pela obtenção de financiamento pela Fundação Instituto

de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Fundação IPEAD), entidade sem fins lucrativos, credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) como fundação de apoio às atividades de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional da FACE/UFMG. A partir de maio de 2023, o apoio financeiro do IPEAD possibilitou o aluguel das barracas da Feira, fato que reforçou o compromisso do grupo em criar um ambiente inclusivo e acessível para os empreendimentos participantes. O apoio da Diretoria e da Seção de Serviços Gerais da Faculdade possibilitou que a Feira ocorresse em local privilegiado, em frente à portaria principal da FACE, e voltada para a principal avenida do *campus*.

Desde então, a Feira ocorre mensalmente, exceto nos períodos de férias da universidade, com 25 (vinte e cinco) barracas, divididas entre o grupo fixo e o grupo rotativo, sendo este último selecionado a partir de chamadas públicas divulgadas no *blog* e nas redes sociais do grupo Colmeia. A Figura 2 ilustra a configuração atual das feiras do Colmeia.

Figura 2 - Edição da Feira realizada em frente à portaria principal do prédio da FACE/UFMG, em junho de 2023.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2023

Perfil dos participantes e percepções sobre as feiras

Em cada edição das feiras, os estudantes extensionistas aplicam questionários estruturados com o intuito de obter informações sobre os feirantes, seus empreendimentos, as relações e os resultados alcançados durante a Feira. Com base nesses questionários, são apresentadas aqui algumas análises para duas feiras ocorridas nos dias 05 e 19 de outubro de 2023³.

A partir dos questionários, foi observado que 90,6% dos feirantes eram mulheres. A maioria (62,5%) se autodeclarou preta e parda, enquanto os demais se declararam brancos (34,4%). 3,1% dos feirantes não declararam sua cor/raça. Em relação à escolaridade, 12,6% dos produtores declararam Ensino Fundamental incompleto ou completo, 43,8%, Ensino Médio incompleto ou completo, 34,4% o Ensino Superior incompleto e completo e 9,2% concluíram pós-graduação. No que tange ao tipo de empreendimento, a maioria (77,4%) se considerava Grupo Informal, e cerca de

³ No segundo semestre de 2023, por questões logísticas, ocorreram apenas 3 edições da Feira, concentradas em outubro e novembro. Na edição de novembro, também por questões logísticas, não ocorreu a aplicação de questionários.

9,7% se caracterizavam como Associações⁴. 80,6% dos empreendimentos têm as feiras itinerantes como principais locais de venda/comercialização.

A maior parte dos feirantes declararam que a renda mensal obtida através do empreendimento é de até R\$2.000,00. Já em relação ao rendimento familiar mensal, a maior parte declarou valores superiores a R\$2.000,00. É possível, portanto, observar o caráter de complementação de renda que as atividades nos empreendimentos entrevistados exercem no âmbito de suas famílias. Apenas 12,9% obtêm mais de R\$3.000,00 mensais com o empreendimento, enquanto 45,2% possuem rendimento familiar mensal superior a R\$3.000,00.

Tabela 1 - Renda obtida pelos feirantes e rendimento familiar mensal

	Renda mensal obtida através do empreendimento	Rendimento familiar mensal
Até R\$1000,00	29,0%	3,2%
R\$1000,01 a R\$2000,00	32,3%	25,8%
R\$2000,01 a R\$3000,00	25,8%	25,8%
Mais que R\$3000,00	12,9%	45,2%

Fonte: Questionários aplicados durante as feiras ocorridas no segundo semestre de 2023.

Com relação à avaliação da Feira, apenas 20,6% consideraram o público e o faturamento obtido abaixo das expectativas. A maior parte dos feirantes relatou ter efetivado trocas de produtos com outros empreendimentos participantes. Diversos deles relataram ter realizado, na feira, contatos para venderem os produtos em outros locais.

A transferência da Feira para o espaço externo do prédio da FACE/UFMG tornou-a mais visível para a comunidade acadêmica de outras unidades e para pessoas que ainda não tinham conhecimento do projeto. Isso contribuiu para fortalecer a identidade da Feira, destacando-a como um evento aberto e acessível. A mudança para o espaço externo também permitiu maior flexibilidade em termos de expansão da Feira. Atualmente, existe a possibilidade de crescimento da Feira em termos de número de barracas, diversidade de produtos e atrações culturais, permitindo consolidar a Feira como parte integrante do tecido social do *campus*.

Em uma seção do questionário, era possível deixar críticas, comentários e mensagens para os organizadores da Feira. Entre as percepções expressas nas mensagens, destacam-se muitas contradições, convergências e discordâncias, e principalmente, opiniões sobre como a Feira deveria ser organizada. O sol e o calor durante as feiras estiveram entre as principais críticas, algo que contrasta com a opinião majoritária de que a realização da Feira na área externa aumenta a circulação de pessoas e o número de vendas. Houve críticas e discordâncias em relação ao uso do espaço externo, e também sobre o aumento do número de feirantes (15 para 25, após a mudança de local). O calor e a diminuição do valor das vendas figuram entre os principais motivos. Além disso, mesmo quando vendiam muito pouco ou quase nada, a maior parte dos entrevistados se mostraram satisfeitos com sua participação. Destacaram a importância da presença, do convívio e da participação ativa para o fortalecimento das redes solidárias, e também o prazer do encontro com feirantes que conheceram em outros lugares, das conversas e das trocas, monetárias, materiais e imateriais.

⁴ Seguindo a terminologia dos fóruns de Economia Popular e Solidária, os grupos/empreendimentos se caracterizam como "grupos informais", "associações" e "cooperativas". Entretanto, outros termos foram utilizados nas respostas aos questionários, como "grupo formal", "agricultura familiar urbana" e "coletivo de mulheres".

Outra questão interessante surgiu com a recente participação de membros da AVAAU (Associação dos Vendedores e Ambulantes da UFMG) nas feiras. Durante a pandemia do Covid-19, os ambulantes que vendiam seus produtos no *campus* universitário deixaram de circular nesse espaço, e com o retorno das atividades presenciais, a venda dos ambulantes foi proibida. Essa associação foi criada para dar voz e representar estas pessoas perante instâncias institucionais do corpo universitário. Dessa forma, foi aberta uma nova rede dentro da universidade para discutir questões da economia popular e solidária e seus direitos de ocupar e participar do ambiente acadêmico.

Na Feira ocorrida em dezembro de 2023, a temática da roda de conversa foi “o entendimento do papel da mulher na gestão das feiras”, propiciando uma discussão abrangente sobre o papel dessas mulheres não só na Feira da FACE, como também em seus lares e em suas relações para além do trabalho (Figura 3). A Economia Popular e Solidária busca atuar como uma alternativa à exclusão de gênero, uma vez que a autogestão nos empreendimentos parte da premissa da "igualdade de direito de todos os membros" (Singer, 2003, p. 116). As mulheres que têm contato com as EPS veem nesse campo uma possibilidade de gozar da igualdade e da inclusão, sendo elas maioria entre os feirantes.

Para os feirantes, a figura feminina é frequentemente marginalizada no trabalho, não tendo suas opiniões tratadas de maneira igual às dos homens. Mesmo na EPS, notamos que as mulheres ainda se sentem subjugadas pelas figuras masculinas, que acabam por tomar a frente das decisões relativas à organização, mesmo sendo a grande maioria: *“O feminino encontra dificuldade com o masculino, às vezes, muitos homens que trabalham comigo não me respeitam muito e preciso me impor”*, *“Para o homem, é muito difícil ver uma mulher independente e à frente da vida e da sociedade, antes nem era permitido uma mulher estar nessa posição e pra eles é difícil ver esse poder que temos sobre nós mesmas”* (Relato de duas feirante durante a roda de conversa).

Outra dificuldade apresentada pelas feirantes é a de conciliação entre o trabalho considerado “produtivo” e o trabalho doméstico, muito estigmatizado e pouco reconhecido. A mulher não é apenas subalternizada no mercado de trabalho, mas culturalmente e socialmente, o que impacta na invisibilização dos seus feitos domiciliares, tarefas essas atribuídas culturalmente ao sexo feminino. A dupla jornada de trabalho afeta diretamente o desempenho dessas mulheres, porque seu papel na gestão vai além dos empreendimentos e das feiras: *“O problema da autogestão é que o gerir é muito difícil, os papéis como gestoras não é só estar dentro da barraca ou produzir em casa. Você está deixando de dar atenção ao marido e filho. Mulher é muito cobrada”* (Relato de feirante durante a roda de conversa).

Diante dessas realidades, pode-se dizer que as soluções e as respostas são discutidas e encontradas de forma coletiva, num processo pedagógico que passa por compreender as demandas, as divergências, os conflitos e as ausências. Trata-se de compreender a construção da Feira também como a construção de uma outra economia ou de uma economia diversa (Gibson-Graham, 2019) – a qual, por sua vez, é também marcada por ambiguidades, contradições e complexidades.

Os resultados demonstram a diversidade socioeconômica presente entre os feirantes da Feira de EPS da FACE/UFMG. Durante rodas de conversa e o cotidiano do funcionamento da Feira, nota-se a pluralidade de realidades sociais, motivações para a criação do empreendimento e até mesmo a animação em participar da Feira. Para alguns, esta atividade é a principal e/ou única fonte de renda. Para outros, o mais importante é o convívio social que está associado ao evento, ou o apoio à economia solidária, enquanto causa política. Logo, os objetivos e as formas de interação dos feirantes entre si e com os docentes e discentes do Colmeia é bastante heterogênea.

Figura 3 - Roda de conversa realizada na edição de dezembro de 2023.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2023.

Avanços e impasses na gestão da Feira: autogestão como processo pedagógico possível

A ideia da Feira surgiu vinculada a um dos gargalos principais da EPS no país: a escassez de oportunidades de comercialização dos produtos⁵. No entanto, para além de um espaço de comercialização e geração de renda, a Feira sempre foi compreendida pelo grupo como um lugar de formação, tanto para os produtores quanto para a comunidade universitária em geral. Ao permitir o contato direto dos estudantes, docentes e técnicos com os produtores, a Feira promove a sensibilização a respeito da existência e da viabilidade das outras economias, não vinculadas diretamente à acumulação e ao lucro – economias essas pouco tratadas na formação acadêmica curricular (Fernandes e Diniz, 2022). Esse processo é favorecido pelas rodas de conversa que acontecem no decorrer de cada Feira, envolvendo produtores, integrantes do Colmeia e demais interessados.

Um dos horizontes do projeto, em seu início em 2014, era que a gestão da Feira fosse realizada pelos próprios produtores. Compreendia-se que o trabalho dos bolsistas e professores era o de mobilização dos produtores para que eles próprios passassem a tomar as decisões envolvendo a Feira. Ou seja, um dos objetivos centrais era que os produtores conquistassem certa autonomia em relação à universidade no que dizia respeito à organização, à realização e à logística das feiras. Entendia-se que esse seria um dos caminhos para a emancipação dos trabalhadores envolvidos, por meio da reorganização social.

Para isso, foram definidos como primeiros participantes das feiras coletivos de produtores articulados diretamente ao movimento da EPS e da agroecologia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e associações e cooperativas ligadas aos fóruns municipais e

⁵ Uma das principais demandas do movimento da economia popular solidária em Minas Gerais e no país é pela ampliação dos espaços de comercialização, como feiras e pontos fixos, pelo setor público (CONAES, 2015; FMEPS, 2015).

regionais de EPS. Essa experiência prévia de articulação aos movimentos sociais era entendida como crucial para o processo de organização e gestão do projeto.

Entretanto, no desenvolvimento do projeto, a ideia de uma “autogestão” pelos produtores, completamente autônoma à universidade, mostrou-se, em grande medida, ingênua, uma vez que a institucionalidade do projeto da Feira, bem como a gestão dos espaços da Faculdade são vinculadas diretamente às instâncias universitárias. Nesse sentido, as principais decisões relacionadas ao local de realização da Feira dentro do prédio, às datas e aos horários das edições, assim como quanto ao tipo de estrutura de barracas são tomadas diretamente pelos bolsistas e professores do Colmeia em articulação com a diretoria da FACE, a qual, em última instância, autoriza a realização das atividades. A própria existência da Feira é garantida por um processo de institucionalização desta como atividade acadêmica, tendo como documento central o projeto de extensão aprovado nas instâncias da universidade e apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFMG) através da concessão de recursos e de bolsas. Ou seja, é inegável que parte das tomadas de decisão cruciais acerca do projeto são de responsabilidade da instituição de ensino.

Por outro lado, decisões mais ligadas à dinâmica cotidiana das feiras, relacionadas ao número de empreendimentos por Feira, aos critérios de participação, às datas prioritárias das edições, à alocação espacial dos produtores nas barracas, aos tipos de produtos comercializados, à dinâmica de divulgação, entre outras, sempre foram tomadas pelos docentes e discentes do grupo em conjunto com os empreendimentos, em reuniões periódicas, nas rodas de conversa nos diálogos estabelecidos ao longo das edições e através de um grupo de WhatsApp. As reuniões e rodas de conversa são quase sempre convocadas pelos discentes bolsistas, que também atuam como facilitadores e mediadores dos debates.

Ademais, boa parte das ideias para o aprimoramento da Feira é dada pelos produtores e implementada pelos discentes e docentes por meio da articulação com as instâncias da universidade. Por exemplo, a sugestão de realizar a Feira no espaço externo do prédio, de modo a ampliar a visibilidade e o público da Feira, veio dos produtores. Também foi proposta a criação de um fundo coletivo para financiar atividades específicas do projeto, tendo em vista o baixo volume de recursos institucionais para a atividade – ação ainda não realizada. Os produtores também já propuseram temas para as rodas de conversa, feiras especiais temáticas, ações promocionais para o público da Feira, estratégias de divulgação e atividades de integração – como trocas de produtos e “amigo oculto” entre os participantes.

Nesse sentido, pode-se dizer que o projeto da Feira se efetiva, desde seu início, por meio de um processo pedagógico envolvendo tanto os produtores quanto os estudantes e professores do Colmeia, em articulação junto às instâncias universitárias e a outros apoiadores e parceiros. Como todo processo pedagógico voltado à emancipação, este é marcado por complexidades, contradições e dificuldades, e, fundamentalmente, é realizado coletivamente, por todos os atores envolvidos, ainda que estes assumam funções e responsabilidades distintas.

Como aspecto fundamental desse movimento, encontra-se a apropriação do espaço da universidade – e de sua dinâmica cotidiana – pelas práticas econômicas populares. Como já mencionado, a ocupação do prédio de uma Faculdade de Ciências Econômicas – que abriga cursos de Economia, Relações Econômicas Internacionais, Administração, Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças, dentre outros – por uma Feira de EPS já constitui um movimento de questionamento às funções convencionais atribuídas a um espaço de formação acadêmica. A realização da Feira nesse espaço possibilita a aproximação com os saberes populares por meio das interações e trocas de diversos matizes – vendas de produtos e serviços, trocas de contatos, conhecimentos e afetos – para muito além do esperado em visões mais tradicionais sobre a universidade.

Ademais, a maneira de condução do projeto da Feira aponta para outras formas de gestão do espaço universitário, para além da lógica formal estabelecida nos regimentos e legislações. Por tratar-se de uma forma de ocupação não prevista nessa lógica formal, as decisões acerca da Feira são tomadas no cotidiano, a partir das demandas e das necessidades encontradas. Nesse sentido, pode-se dizer

que a gestão do espaço da Feira é compartilhada entre estudantes bolsistas, docentes, diretoria da Faculdade e produtores, e constroem continuamente e coletivamente a metodologia do projeto.

Como sugere Lefebvre (2009), devemos pensar a autogestão como processo de “abertura na direção do possível”, para muito além de planos pré-definidos. Ao contrário, a própria concepção do “possível” é dada e transformada continuamente no decorrer do processo, a partir dos envolvimento e das interações entre as diferentes partes e, também, das contradições, das dificuldades e dos conflitos que se desvelam ao longo das ações. Dentre as contradições e dificuldades observadas no processo, podem-se ressaltar: os diferentes níveis de envolvimento nos debates e nas tomadas de decisão; as diferentes aproximações à discussão política acerca das outras economias; os conflitos pessoais que tomam forma e afetam a coletividade; o não cumprimento de certos acordos e definições; situações envolvendo as diversas FACEs da violência de gênero; entre outras.

Considerações finais

O presente artigo buscou analisar a Feira de Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG, projeto de longa duração do grupo Colmeia. Destacou-se o fato de que os estudantes e docentes do grupo Colmeia atuando como intermediários entre os feirantes e as estruturas universitárias, colaborando de maneira conjunta com o grupo fixo de empreendimentos na realização das feiras.

A reconfiguração espacial da Feira, ao ser transferida do ambiente interno para o externo da Faculdade, partiu de uma iniciativa dos feirantes, e foi fundamental para atingir os objetivos propostos pelo projeto, uma vez que promoveu a expansão e visibilidade da EPS no âmbito acadêmico e fortaleceu os laços entre a comunidade acadêmica e os produtores participantes. Nesse sentido, fortaleceu-se o papel da Feira como lugar não apenas de comercialização, mas, sobretudo, de formação sobre os princípios e práticas da EPS. A alteração no local e no formato da Feira permitiu, ainda, fortalecer uma questão identitária marcada pelo uso de barracas, aproximando visualmente a Feira das feiras de rua – principal forma de comercialização dos empreendimentos da EPS no país. O engajamento dos produtores na busca por melhorias demonstra a capacidade de tomada de decisão em conjunto, elevando as potencialidades do projeto da Feira e também do que se entende por Programa de Extensão Universitária.

As rodas de conversa, por sua vez, desempenham um papel crucial na formação e consolidação da Economia Popular e Solidária, proporcionando um espaço de diálogo e respeito que supera as barreiras entre saberes populares e acadêmicos, aproximando-os. Além disso, a criação do grupo fixo, composto por empreendimentos ativos e pertencentes à EPS, fortalece o papel dos feirantes na tomada de decisões relativas à organização da Feira. Essa iniciativa, aliada às rodas de conversa, permite a integração efetiva de saberes populares na construção do projeto.

No entanto, as rodas de conversa também revelam desafios enfrentados pelos feirantes, especialmente no que diz respeito à percepção hierárquica da universidade, em que a burocracia e as limitações impostas pela estrutura acadêmica tornam a gestão da Feira vinculada diretamente aos integrantes do Colmeia. Nesse sentido, entende-se a construção da Feira como um processo pedagógico contínuo, que depende de avanços tanto por parte do grupo Colmeia e dos participantes das feiras, quanto das estruturas institucionais.

O contato com grupos e coletivos de produtores que se baseiam nos princípios da solidariedade e da autogestão permite, nesse sentido, um processo de aprendizado que envolve os discentes, docentes e técnicos nesse novo caminho para uma gestão coletiva do espaço universitário. As experiências dos produtores e das produtoras a respeito dos processos coletivos de deliberação – definição das chamadas públicas de empreendimentos para as feiras, dos textos, dos critérios de participação de outros empreendimentos, datas das feiras, entre outros – abriram espaço para outro processo de

gestão coletiva sobre a organização e a logística das feiras, que envolve diretamente problemas de localização, usos alternativos do espaço, aproveitamento e redirecionamento do uso de infraestruturas, para além da lógica predominante anteriormente.

A análise dos questionários aplicados nas edições das feiras revela um panorama diversificado e multifacetado entre os feirantes, no que se refere a gênero, raça, escolaridade, tipo de empreendimento e renda. Esses dados refletem a heterogeneidade de participações na Feira, incorporando uma série de realidades sociais e motivações para a criação e participação nos empreendimentos. Ressalta-se o predomínio de mulheres entre os feirantes. Em relação à raça, observa-se uma maioria autodeclarada negra, indicando uma presença significativa de grupos historicamente marginalizados. Este fato está intrinsecamente associado aos critérios de seleção dos empreendimentos participantes, definidos em conjunto com o grupo fixo.

A implementação dessas prioridades, considerando a representatividade de pessoas negras e indígenas, a presença significativa de mulheres e a formação de grupos com mais de três pessoas, reflete o compromisso de proporcionar oportunidades ampliadas para comunidades historicamente marginalizadas. Esta ação promove a equidade e a inclusão e também destaca o papel e responsabilidade dos grupos organizadores na construção de um ambiente participativo e diversificado nas feiras. Os resultados sugerem, ainda, que a Feira é inclusiva a diferentes níveis de escolaridade formal e a distintas formas de organização dos empreendimentos (grupos informais, associações e cooperativas). Já a análise de renda destaca o papel das feiras como uma fonte adicional de rendimento para os feirantes.

Por fim, espera-se que as feiras sejam espaços crescentemente inclusivos, refletindo a riqueza e diversidade das experiências e perspectivas presentes na Economia Popular e Solidária. Para alguns, a participação na EPS constitui a principal ou única fonte de renda, enquanto para outros, essa participação está vinculada ao convívio social e ao apoio à Economia Popular e Solidária enquanto movimento político de proposição de uma outra economia. Essa multiplicidade de propósitos permite que se entenda a Feira como um espaço de convergência de experiências e vivências diversas.

Referências

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Conaes). *1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019)*. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2015.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.

CORAGGIO, J. L. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. *Otra Economía*, v.2, n.3, p.41-57, jul./dez. 2008.

DINIZ, S. C. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. *Nova Economia (UFMG)*, v. 29, p. 963-985, 2019.

DINIZ, S. C.; TONUCCI FILHO, J. B. M. A economia popular no Brasil contemporâneo: Uma análise a partir dos Censos Demográficos 2000 e 2010. In: GAGO, V.; CIELO, C.; TASSI, N. (Orgs.). *Economías populares. Una cartografía crítica latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 2023, p. 123-160.

- FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C.. Para uma multiplicação dos imaginários e das formas de fazer economia: a experiência do Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG. *ORG & DEMO*, v. 23, n. 1, p. 117-136, 2022.
- FORPROEX - Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX, 2012.
- FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (FMEPS). *Plano Estadual para o Desenvolvimento da Economia Popular Solidária*. Belo Horizonte, 2015.
- GAGO, Verónica. *Neoliberalism from below: Popular Pragmatics & Baroque Economies*. London: Duke University Press, 2017.
- GAGO, Verónica. What are popular economies? Some reflections from Argentina. *Radical Philosophy*, 2018.
- GAIGER, L. I. G. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional. In: *Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2*, 2007, Florianópolis. Anais eletrônicos: Florianópolis, 2007.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. *A diverse economy: rethinking economy and economic representation*. In: <http://avery.wellesley.edu/Economics/jmatthaei/transformationcentral/solidarity/solidaritydocuments/diverseeconomies.pdf>. Acesso em: 10/10/2022. 2019a.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. *Economic imaginaries*. In: http://www.communityeconomies.org/sites/default/files/paper_attachment/Venice-gibson-graham.pdf. Acesso em: 14/03/2022. 2019b.
- LEFEBVRE, H.. Theoretical problems of autogestion. In: LEFEBVRE, H. *State, space, world: selected essays*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009, p. 138–152.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- RAZETO, L. *De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo*. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.
- RAZETO, L. *et al. Las Organizaciones Económicas Populares*. Santiago: Ediciones PET, 1983.
- SINGER, P. I. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Proposta*, ano 26, n.72, p. 6-13, mar./mai. 1997.
- SINGER, P. I. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.